

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DOS PROFESSORES NAS REPRESENTAÇÕES DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Silvelena Cosmo DIAS¹

RESUMO

A presente pesquisa, à luz da Análise do Discurso (AD) de corrente francesa, tem por objetivo analisar as representações sobre os professores temporários do Estado de São Paulo, contidas nos enunciados de um texto jornalístico virtual, extraído via Internet, e verificar os outros discursos que articulam com o discurso jornalístico, característica marcante do campo midiático. Para a realização do trabalho, recorreremos a alguns teóricos que dão sustentação à pesquisa: Coracini (2003), Orlandi (2007) e Pêcheux (1988; 1999). A escolha do corpus se deu por via *Internet*, no momento em que houve grande circulação sobre o assunto que causou o atraso do início do ano letivo vigente, nas escolas públicas do Estado de São Paulo. Constatou-se que o discurso midiático é constituído de várias vozes advindas de diversos lugares, e articula com outros discursos como o jurídico, político, sindical e educacional, deixando à vista representações sobre o professor.

Palavras-chave: Análise do discurso. Texto jornalístico. Representações. Identidades.

INTRODUÇÃO

O ano de 1969 é considerado o marco inaugural da Análise do Discurso (AD), com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso (AAD)*, de Michel Pêcheux e com o lançamento da revista *Langages*, organizada por Jean Dubois. A AD considera o discurso como seu objeto de estudo. Também considera o sujeito na linguagem, até então descartado, ignorado pelas correntes estruturalistas, mas um sujeito consciente e ao mesmo tempo inconsciente, cindido, fragmentado em relação com o outro, interpelado pela ideologia e que se constitui no e pelo o discurso.

O presente estudo visa fazer uma análise de um texto jornalístico virtual à luz da AD de orientação francesa, a partir dos conceitos sujeito, discurso e identidade, objetivando flagrar representações nos discursos outros que poderão vir a constituir ao processo identitário dos professores temporários do Estado de São Paulo, e verificar os outros discursos que articulam com o discurso jornalístico, característica marcante do campo midiático. Esta pesquisa considera relevantes as diferentes vozes que atravessam o texto em análise, uma vez

¹Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora de Língua Inglesa das Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR – MS). Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). e-mail: diascosmo@yahoo.com.br

que não existe texto original; pois, todo texto é construído a partir de outros textos, sempre marcado pela presença do discurso do outro.

A análise procura capturar as representações sobre os professores temporários do Estado de São Paulo, contidas nos enunciados de um texto jornalístico extraído via Internet do site sobre educação <http://educarparacrescer.abril.com.br>, escrito por Cynthia Costa, editado em 12/02/2009 às 19h37, a respeito do acontecimento que acabou provocando um atraso do início do ano letivo: os três mil professores que zeraram na prova de classificação de professores temporários realizada no final do ano anterior, sendo que 1500 destes já lecionavam na rede. Essa prova, elaborada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo sobre a nova Proposta Curricular, seria utilizada como terceiro critério para atribuição de aulas, se a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) não tivesse recorrido do resultado na Justiça.

No início do ano letivo de 2009, houve grande circulação, no contexto escolar público do estado de São Paulo, sobre esse fato, que chocou a população, principalmente, aquela preocupada com a situação da educação brasileira. A reportagem retrata a situação de maneira ampla, mas não deixa de trazer indícios importantes para a temática em foco; ou seja, os vários discursos que trazem indícios que constituem a identidade do sujeito/professor.

O texto selecionado para análise traz em seus enunciados várias vozes advindas de lugares distintos que reportam o mesmo acontecimento sob diferentes prismas. Mas essas vozes têm um referente em comum: os três mil professores que zeraram na prova, e elas acabam constituindo representações identitárias destes professores. Assim, perfaz-se a necessidade de analisar que representações são essas que fazem parte do processo de constituição da identidade destes professores. Para tal, fazem-se as seguintes indagações: que discursos são esses que trazem representações identitárias do sujeito/professor? Que representações emanam dos discursos que atravessam o texto jornalístico analisado?

Este trabalho tem como hipótese de que o texto jornalístico, material concreto de análise, é atravessado por outros vários discursos, e de que estes são reveladoras do processo de constituição identitária destes professores. Para isso, a análise se limita ao corpus, elaborado a partir dos recortes da reportagem. Apesar da limitação, o discurso sobre o professor que circula na mídia é ativado na nossa memória discursiva; pois, este já tem sua história formada pelo tempo e marcada ideologicamente.

No espaço midiático, discutem-se as condições em que se encontra a educação brasileira, como o número excessivo de alunos em sala de aula, infraestrutura precária, falta

de material didático, baixo rendimento escolar, falta de professores, baixos salários dos professores, falta de incentivo ao professor para que eles se preparem melhor estudando. Assim, parece que a notícia sobre o resultado da prova para professores temporários do estado de São Paulo vem a contribuir para com esse quadro e a reforçar a constituição identitária desse professor no espaço sócio educacional.

SUPORTE TEÓRICO

A base teórica deste trabalho situa-se no campo da Análise do Discurso de perspectiva francesa. Essa orientação teórica considera a linguagem em relação com a exterioridade. A AD de orientação francesa, estruturada por Michel Pêcheux e outros, é considerada uma disciplina de entremeio, por articular três regiões do conhecimento: O *materialismo histórico*, com base na releitura que Althusser fez dos textos de Marx; a *Linguística*, a partir da releitura dos estudos de Saussure; e a *Psicanálise*, a partir da releitura que Lacan fez de Freud. Com relação a isso, a pesquisadora Orlandi (2007, p. 19) afirma:

Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história (ORLANDI, 2007, p. 19).

Para a análise de dados, os conceitos de sujeito, discurso e identidade são de suma importância, uma vez que estes são considerados básicos para a AD. Assim, na ótica da AD, o sujeito é ao mesmo tempo consciente e inconsciente. Ele tem a ilusão que controla o sentido do que diz, esquece que o outro o constitui; portanto, ele é cindido, clivado, fragmentado, o sujeito da (pós) modernidade atravessado pelo discurso outro, tanto pelo inconsciente quanto pela ideologia e sem liberdade discursiva.

Do ponto de vista da AD, o sujeito constitui-se pelos dizeres de outros. Não há um dito que nunca fora dito antes. Assim, o discurso é determinado pelo interdiscurso; ou seja, dizeres que vêm de outros lugares, com efeitos de sentido cristalizados, que ficam na memória discursiva e, que podem ser ativados pelo acontecimento. Para Pêcheux “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos”... de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Portanto, a memória discursiva possibilita o leitor

a construir redes de significações, que já vem sendo construídas ao longo dos tempos histórico e ideologicamente.

Assim, para a AD, o conceito de discurso é o efeito de sentido produzido, articulado entre o fenômeno linguístico formal e os processos ideológicos instituídos socialmente. O sujeito, ao enunciar, enuncia de um lugar marcado por uma formação discursiva interligada a uma formação ideológica. A formação discursiva de onde se fala regula seu dizer; ou seja, dita o que deve e o que não deve ser dito em determinada circunstância. Pêcheux afirma que:

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso... que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

Vale ressaltar o conceito de identidade nesse presente estudo; pois, o tema identidade contribui para compreender alguns dos aspectos do sujeito do/no discurso; pois, evidenciam como o sujeito/professor é representado, como suas identidades são construídas em relação com o outro, como o discurso do outro afeta sua constituição. As identidades estão sempre em processo de transformação. Ao mesmo tempo em que elas são construídas, podem também ser reconstruídas, tornando-se difícil identificá-las. Por isso, nesse trabalho, o termo identidade é visto de processo identificatório que, segundo Coracini é um “processo complexo e heterogêneo, do qual só é possível capturar momentos de identificação” (CORACINI, 2003, p. 198). Ainda, sobre essa questão, Hall afirma que é “um complexo de processos e forças de mudanças” (HALL, 2006, p. 67).

ENUNCIADOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

- (1) Três mil professores zeraram na prova de classificação de temporários da rede estadual de São Paulo, realizada no último dia 17 de dezembro. A informação, divulgada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo às vésperas do início do ano letivo, abalou os paulistas, sobretudo, aqueles preocupados com a situação da Educação brasileira. Os três mil professores teriam errado todas as questões da avaliação. A notícia é chocante, principalmente, quando se trata de um professor, mas também polêmica.

- (2) Considerando a prova desorganizada, a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) conseguiu, por meio de uma liminar, impedir, ao menos temporariamente, que o governo utilizasse a nota da prova como critério na atribuição de aulas para os professores avaliados. Além disso, 1500 dos professores nota 0 voltam a lecionar.
- (3) Os professores mais bem preparados teriam prioridade na atribuição de aulas.
- (4) A avaliação preparada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo foi obrigatória para os 100 mil professores temporários da rede estadual e para os outros profissionais que estivessem interessados em ingressar na carreira - ao todo, foram 214 mil professores examinados. Segundo a Secretaria de Educação, a ideia foi priorizar os profissionais mais capacitados, e não eliminar os menos preparados. Não houve caráter eliminatório.
- (5) Quando a proposta da prova foi apresentada em maio de 2008, a APEOESP, interpretando que profissionais temporários pudessem ser eliminados, manifestou-se em greves e assembleias e apelou ao Tribunal Regional do Trabalho. Este iniciou uma discussão conjunta com a APEOESP e a Secretaria de Educação, que durou cerca de quatro meses.
- (6) No último dia 10 de fevereiro, a Secretaria da Educação divulgou que, dos 214 mil professores que fizeram a prova, apenas 111 acertaram todas as questões (que eram divididas por matéria, como biologia, matemática e sociologia). Outro dado foi mais chocante: 3 mil docentes não acertaram uma única questão da matéria da qual dão aulas ou deveriam dar. Desses 3 mil, cerca de 1,5 mil lecionarão neste ano de 2009, pois, se encontram no grupo de temporários para o qual são distribuídas aulas. Se a prova tivesse contado na atribuição de aulas de 2009, 45 mil dos 100 mil professores temporários que já estão na rede teriam sido renovados por professores com notas melhores de fora da rede...
- (7) Como a prova não valerá como critério de atribuição de aulas, 40 mil professores que fizeram menos de 40 pontos na prova (num máximo de 80 pontos) poderão dar aulas neste ano letivo.
- (8) "Entramos na Justiça devido à falta de organização da prova, que, sabemos, foi planejada em apenas dois meses. No dia do exame, professores descobriram que estavam na escola errada, outros não receberam a prova de acordo com a sua opção prévia - queriam, por exemplo, fazer a prova de português e receberam a de

matemática. Alguns notaram vazamento do gabarito", afirmou um representante da instituição. "Além disso, na divulgação dos resultados houve erros também, pois muitos professores haviam conferido o gabarito e perceberam a diferença". A APEOESP acusa, ainda, a Secretaria de erros na formulação da prova, que foi elaborada por técnicos dessa gestão.

(9) Em nota à imprensa, a Secretária da Educação Maria Helena Guimarães de Castro, afirmou: "Os professores temporários têm uma importante participação na rede. É fundamental que os alunos tenham os melhores professores possíveis nas salas de aula".

(10) A APEOESP entrou com um segundo pedido de anulação da prova e conseguiu outra liminar, no dia 4 de fevereiro, concedida pela juíza Maria Gabriella Pavlopoulos Spaoloni, da 13ª Vara da Fazenda Pública, às vésperas do início do ano letivo de 2009. Desde então, o governo do Estado tenta reverter essa decisão judicial.

(11) Em termos de conteúdo, a Secretária da Educação promete capacitação para os 40 mil professores temporários que fizeram menos de 40 pontos (sobre 80 pontos) na avaliação. Será realizado pela Rede do Saber.

(12) Há cerca de 230 mil professores na rede estadual de ensino de São Paulo, dos quais 130 mil prestaram concurso público para assumir as vagas. Os outros professores, cerca de 100 mil, são os chamados "temporários", pois trabalham sob o regime de contratos temporários.

(13) ... e é justamente por isso que cerca de 40% dos professores hoje em sala de aula são temporários. O governador José Serra (PSDB) prometeu, em junho do ano passado, enviar um projeto de lei à Assembleia para aprovar a criação de 75 mil vagas para professores concursados, ou seja, cargos efetivos. Mas o projeto ainda não foi enviado, e a Secretaria de Educação afirma que ele se encontra ainda em discussão.

(14) São necessários professores temporários em diversas situações: quando o professor efetivo pede uma licença (médica, para tirar documentos ou por razões pessoais), quando sai de licença maternidade, quando ganha um prêmio etc. Em geral, o valor da hora/aula é o mesmo para efetivos e temporários, mas estes, claro, sentem uma insegurança muito maior em relação ao trabalho, pois dependem sempre de vagas remanescentes. Por isso, muitos professores temporários se reúnem em manifestações para defender seus direitos trabalhistas.

Nos enunciados extraídos da reportagem, percebem-se vozes vindas de vários lugares, representando instituições públicas. Apresenta-se a fala da instituição sindical, representante da categoria dos professores da rede pública, a APEOESP, que procura defender os professores, apontando os erros da Secretaria de Educação ao elaborar, aplicar e divulgar o gabarito da prova. A voz que mais aparece em toda a reportagem é a da Secretaria de Educação; pois, é ela que fornece os dados e, é representada pela fala da Secretária da Educação, naquele momento, Maria Helena Guimarães de Castro, que tenta se justificar das acusações e, ao mesmo tempo, destaca a importância da aplicação da avaliação aos professores temporários. A referência à juíza da 13ª Vara da Fazenda Pública remete ao discurso judicial, representante do poder soberano, fazendo aflorar uma formação discursiva advinda das questões legais e judiciais, bem como a voz do governador do Estado de São Paulo, José Serra.

É relevante observar, nestes recortes, os discursos político, sindical, e judicial nas vozes representantes das instituições públicas como, a Secretaria de Educação e a Apeoesp. No enunciado (01), é possível analisar o discurso da Secretaria de Educação de Estado de São Paulo. É ela que dá a informação do acontecimento: “Três mil professores zeraram na prova... **A informação, divulgada pela Secretaria...**”.

Apesar dos esforços do sujeito/jornalista manter a neutralidade, sua opinião que advém de outros lugares se revela em: “A informação... **abalou...** A notícia é **chocante...**”, demonstrando que o que aconteceu é algo extraordinário, fora da normalidade, um número significativo de professores zerarem em uma prova da disciplina da qual metade deles leciona, e a outra metade tem habilitação para ministrar aulas dessas disciplinas.

No enunciado (2), é possível observar o discurso sindical presente na voz do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), que parte em defesa dos professores na Justiça, alegando a desorganização da prova e consegue impedir que a nota da prova fosse usada como terceiro critério na atribuição de aulas. Assim, o sindicato cumpre seu papel social e político, lutando pelos direitos dos professores, principalmente, por se tratar de temporários; pois, os mesmos têm uma situação instável perante o Estado. Ainda, nos enunciados (5, 8, 10), os sentidos inscritos são de que a instituição sindical não mede esforços para lutar em favor da classe que representa, os professores.

Na maioria dos enunciados (3, 4, 6, 7, 11, 12, 13) predomina o discurso institucional, representado pela Secretaria de Educação. Ainda, no enunciado (9), contém a fala da

Secretária da Educação, valorizando os professores e alunos: “É fundamental que os alunos tenham os melhores professores”. No enunciado (3), justifica o motivo da prova, demonstrando sua preocupação com a qualidade de ensino público: “Os professores mais bem preparados teriam prioridade na atribuição de aulas”. No enunciado (4), aponta dados precisos, números estatísticos em relação aos professores temporários “214 mil” que fizeram a prova, sendo esta “obrigatória para os 100 mil... da rede”. O sentido inscrito nesse enunciado é de que a instituição governamental tem “poder” para obrigar determinada situação e a população (professores temporários) só resta cumprir tal obrigatoriedade. No enunciado (11), é importante ressaltar o compromisso que a Secretária da Educação assume para com aqueles que não atingiram a média desejada: “promete capacitação... pela Rede do Saber”. É uma atitude paternalista, assumindo a responsabilidade do pouco desempenho dos professores e aponta a solução, como se fosse simples assim resolver, como um verdadeiro passe de mágica.

O discurso político emana nos enunciados (10 e 13) na figura do governador do Estado de São Paulo, José Serra. O sentido instaurado no enunciado (10) é de que o papel social e político lhe dão um “poder” superior ao da Justiça, pois, “o governador do Estado tenta reverter essa decisão judicial”. E no (13), “o governador prometeu...” faz o que todo “bom político” faz, promete sempre resolver a problemática de ordem social, democraticamente.

O discurso judicial vem à tona no enunciado (10) “... liminar concedida pela juíza...”. O sentido inscrito nas materialidades linguísticas “liminar”, “juíza”, “concedida” remete ao universo onde os problemas são resolvidos dentro de uma legalidade estável, regularidade e de maneira justa.

Com relação à representação do processo de constituição identitária dos/sobre professores temporários, considerando os discursos constitutivos da reportagem, é possível observar alguns momentos identitários desses professores. Pode-se afirmar que sua identidade é atravessada pelo dizer das instituições, que tentam regular suas ações, seja para defender seus direitos, mesmo que “supostamente”, pelo menos é o que garante sua posição social, seja para exigir que se cumpra certa determinação, sem o direito sequer de questionar. Vale, ainda, ressaltar que o professor é falado pelo discurso do(s) outro(s). A ele nada foi perguntado, o que ele pensa sobre o processo de avaliação é silenciado em toda a reportagem. O seu dizer é camuflado na voz da secretária, na voz do representante de sua categoria, é dele que se fala; porém, de quem se fala, nada fala.

Como já evidenciado aqui, o acontecimento é reportado sob o ponto de vista da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; pois, é esta que fornece os dados precisos do fato. Podem-se considerar certas passagens nos enunciados e, assim, capturar fragmentos de representações sobre esse professor. No enunciado (1): “Três mil professores zeraram na prova...” faz uma distinção, utilizando números, destes professores em relação ao demais que prestaram a prova. A representação que a instituição faz sobre estes professores é de que estes são despreparados; portanto, impossibilitados de lecionar. Constrói-se uma imagem negativa do professor, principalmente, daquele que ministra aulas na rede pública.

No enunciado (6), os números “214 mil”, “111”, “3 mil”, “1,5 mil” e “45 mil” representam respectivamente “os que fizeram a prova”, “acertaram todas as questões”, “não acertaram uma única questão”, “lecionarão neste ano” e “renovados por professores com notas melhores”, dividindo-os em porções, reduzindo-os em dados quantitativos. Aqui, a representação que se faz sobre o professor é meramente estatística, um pode substituir o outro como uma peça qualquer substituiria a outra. No enunciado (9): “a Secretaria da Educação... afirmou: Os professores... tem uma importante participação...”, cria-se uma imagem positiva do professor, ele é valorizado, contradizendo o que foi exposto anteriormente.

No discurso sindical, a representação de que se faz do sujeito/professor pelo órgão que o representa (APEOESP) nos enunciados (2, 5 e 8), é de um professor que necessita de intermediários, de alguém que fale por ele. Cria-se uma imagem de um professor que não pode falar por si. Assim, precisa de representante, de uma imagem paterna que possa resolver os problemas por ele. E ao mesmo tempo, há a representação de uma classe que se organiza, possuidora de interesses comuns e parte em busca de seus interesses, principalmente, quando verifica irregularidades, faz valer-se de todas as forças, une-se em lutas com o objeto de alcançar a vitória.

No discurso político, os enunciados (10 e 13) fazem representações de um sujeito/professor carente da ação do poder público. Comprova-se esse fragmento identitário em “O governador... prometeu... enviar um projeto lei...”. Há falta de professores efetivos, no entanto, não tem concurso para efetivar professores, assim o Estado cria a função de professores temporários; ou seja, instáveis, inseguros, outro fragmento identitário do sujeito/professor.

Outra discursividade a ser discutida é “direitos trabalhistas”, no enunciado (14), o professor temporário tem situação trabalhista diferenciada dos demais funcionários de instituições municipais, estaduais e ou federais. O objetivo do governo do Estado de São

Paulo é criar uma lei que dificulte ainda mais a situação do professor que não é efetivo. Essa lei daria o direito ao Estado de dispensar esse professor no dia 31/12; portanto, não pagaria férias. Ao término de dois anos na função de professor temporário, este ficaria dois anos impedido de ministrar aulas, bem como só poderia ministrar um número menor de aulas em relação ao atual. Devido a essa insegurança, os professores temporários lutam pelos seus direitos assistidos pela lei, na tentativa de melhorar a sua condição, e não piorar. Assim, é mais um indício identitário do sujeito/professor, lutando por seus ideais, numa tentativa de construção positiva de sua imagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise realizada neste trabalho, observa-se que as diferentes vozes que atravessam o texto em questão vêm de lugares institucionalmente distintos, cada um defendendo seus interesses. Fica claro que a situação em evidência é polêmica. Por um lado, apresenta o sistema educacional brasileiro em um impasse: a falta de preparo do professor é reflexo da desestrutura do sistema educacional como um todo. Por outro lado, há a voz da instituição governamental que parece punir esses “professores nota 0”, como se culpa fosse apenas do professor que não estuda, e que não está preparado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho.

O professor ainda exerce na sociedade o papel de alguém que “deve” deter o saber. Mas, com a desvalorização que vem sofrendo pelas políticas educacionais, passou a ser visto como um profissional desqualificado, despreparado e mal remunerado. Ainda, ele sofre uma espécie de preconceito social, se ele exerce o cargo de “professor efetivo”, ele é um professor razoável, se é “temporário” é marginalizado. E mais, se ministra aulas numa instituição particular, ou se trabalha apenas no setor público do ensino fundamental e médio tem prestígio diferenciado.

Embora, com uma visão limitada a esse corpus, por meio dos diversos discursos, a análise mostra a realidade do professor, ou seja, representações que fazem parte do processo de constituição de sua identidade. O sujeito/professor é o “professor temporário”, o professor “nota 0”, atravessado pelo dizer das instituições que regulam suas ações, são “os que fizeram a prova”, “acertaram todas as questões”, “não acertaram uma única questão”, “lecionarão neste ano”, “renovados por professores com notas melhores”, é desvalorizado, um professor

que necessita de intermediários, de alguém que fale por ele, é uma classe que se organiza, carente da ação do poder público e que luta pelos seus direitos assistidos pela lei.

Enfim, o sujeito/professor é cindido, clivado, fragmentado, o sujeito da (pós) modernidade. Um sujeito que se constitui no e pelo discurso e que este também se constitui por outros discursos que o atravessam, ou seja, o interdiscurso. A análise mostrou que o texto jornalístico, ao falar do professor temporário, é constituído de várias vozes advindas de diversos lugares, articulando com outros discursos como o jurídico, político, sindical e educacional, deixando à vista representações sobre o professor. As representações evidenciadas por meio dos enunciados mostram o processo de constituição identitário complexo, sendo possível flagrar apenas momentos de identificação, pois, este processo está em constante mudança, dependente de forças externas, de pressões, de tensões em busca de um espaço social reconhecido e valorizado.

CONSTRUCTION OF IDENTITY OF TEACHERS ON REPRESENTATIONS OF JOURNALISTIC DISCOURSE

ABSTRACT

This research, in the light of French Discourse Analysis (DA), aims to analyze the representations about the temporary English teachers of São Paulo State contained on the statements in the text of a virtual journalistic extracted via the internet and check the other speeches that articulate with the journalistic discourse, relevant characteristic of media field. In order to do so, we resort to some theorists that support the research: Coracini (2003), Orlandi (2007) and Pêcheux (1988; 1999). The choice of the corpus was by the Internet at the time there was great discussion about the issue that caused the delay of the start of the current school year in the public schools of São Paulo State. We got to the conclusion that the media discourse consists of several voices that come from different places and articulate with other discourses such as legal, political, union and educational, showing representations about the teacher.

Keywords: Discourse analysis. Journalistic text. Representations. Identities.

REFERÊNCIAS

COSTA, C. Prova de classificação de professores temporários. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br>. Acesso em: 01 mar. 2009.

CORACINI, M. J. (org.) **Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Pucinelli Orlandi - 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et at.* **Papel da Memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.